Revista EaD &
tecnologias digitais na educação

Português como L2: o ensino da disciplina no curso de Letras Libras da UFGD

Ednei Nunes de Oliveira[12], UFGD

Resumo: *Este trabalho é um relato da experiência vivenciada no ensino da disciplina "A Língua Portuguesa como Segunda Língua para Surdos", ministrada no ano de 2017, no curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa/Língua Brasileira de Sinais, com uma turma de alunos surdos e ouvintes. Foi possível perceber que, ainda que a disciplina tenha sido ministrada para estudantes universitários, a Língua Portuguesa para surdos ainda deve ser trabalhada nesse nível de ensino, tendo-se a preocupação de letramento. Nesse sentido, foi possível notar que o ensino do Português para surdos, no curso, não deve se limitar a atividades de reflexão sobre abordagens e fundamentos teóricos e metodológicos de ensino de segunda língua para surdos, mas principalmente com normas e regras gramaticas, priorizando atividades de leitura, produção e interpretação de textos.*

Palavras-chave: *Letras, Português como L2, Educação de Surdos.*

1. Introdução

O ensino de português como segunda língua (L2) para surdos tem sido abordado no âmbito de políticas de idioma e da legislação vigente da educação nacional como também por meio de abordagens, métodos e técnicas adotados no ensino de português (escrito) para ouvintes, em face das necessidades colocadas pelas características de sua produção escrita.

Os projetos educacionais de ensino da Língua Portuguesa como L2 para surdos devem estar voltados para o desenvolvimento de competências e habilidades no educando, em face das especificidades de cada situação de ensino-aprendizagem, das exigências de contextualização, da abordagem interdisciplinar do conhecimento e dos requisitos para a aprendizagem significativa.

[12] Doutor em Linguística pela UFGC. Professor do Curso de Letras-Português/Libras da EaD/UFGD. edneioliveira@ufgd.edu.br

A educação de surdos, assim como nosso sistema educativo em geral, segue tendências mundiais de educação, discutidas em eventos e convenções internacionais sobre as teorias e metodologias de ensino. Segundo Lacerda e Lodi (2009), a história da educação de surdos no Brasil tem sido marcada pelo debate em torno de questões linguísticas sobre se os surdos deveriam ou não desenvolver a linguagem oral além da utilização da Língua de Sinais. Nesse sentido, deveria se definir se "sua educação deveria ser realizada e pensada a partir da língua utilizada pelos ouvintes; ou se deveria ser permitido a eles o uso da língua de sinais, cujo reflexo seria também sentido nas esferas educacionais" (LACERDA e LODI, 2009, p.11).

Desde o Congresso de Milão, em 1880, passou-se a defender a ideia de que o papel da escola, diante da educação de surdos, era o desenvolvimento da fala em oposição à língua de sinais. Com isso, proibiu-se o uso das línguas de sinais em espaços institucionais e elas foram marginalizadas e renegadas ao uso familiar e aos encontros fechados entre os surdos. O uso da língua de sinais em sala de aula era visto como prejudicial à educação dos surdos e, com isso, trabalhou-se com a finalidade de se abolir qualquer tipo de comunicação gestual.

Segundo Ferreira-Brito (1995), a partir do aprofundamento de pesquisas sobre as línguas de sinais, a partir da década de 1980, escolas de surdos iniciaram a abordagem educativa bilíngue, na qual as línguas de sinais naturais das comunidades surdas são vistas como o principal veículo de ensino aos surdos. No Brasil, a educação bilíngue de surdos ganha força nos anos 1990, a partir das discussões relativas à educação de surdos e de estudos linguísticos sobre a língua de sinais, dos anos 1980. Entretanto, é em 2002, quando ocorre o reconhecimento legal da Libras no Brasil (Lei nº 10.436/02) que ocorre o aumento de pesquisas sobre a educação de surdos e a língua de sinais passa a ser valorizada.

Por meio da abordagem educativa bilíngue, a língua de sinais passou a ser vista como língua natural dos surdos, fazendo com que a Libras ganhasse o status de língua natural (L1) dos surdos brasileiros. Segundo Quadros (2000), a Língua Portuguesa assume, então, o status de L2, sendo ensinada para que o surdo desenvolva as habilidades de escrita e leitura. Com isso, defende-se a abordagem que o aluno surdo seja alfabetizado primeiramente em Libras, para depois ser alfabetizado em língua portuguesa. Assim, o processo de alfabetização é delineado a partir da descoberta da própria língua e das relações estabelecidas por meio dela.

O Ensino da Língua Portuguesa como L2 para Surdos na UFGD

O Curso de Licenciatura em "Letras – Língua Portuguesa/Língua Brasileira de Sinais" teve início, em 2014, com uma turma mista de estudantes ouvintes e surdos, com o predomínio dos primeiros sobre os segundos. À época da oferta da disciplina "Língua Portuguesa com Segunda Língua para Surdos", em 2017, do total de 51 estudantes ativos, 42 eram ouvintes e 9 surdos. Diante de uma turma com esse perfil, a questão que surgiu foi como trabalhar a disciplina com os dois grupos de estudantes, uma vez a maioria deles (os ouvintes) já fazia uso do Português como língua natural e possuía um relativo domínio dessa língua na modalidade escrita e falada.

Frente ao quadro exposto, inicialmente optou-se por utilizar os volumes 1 e 2 do Livro "Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: Caminhos para a Prática Pedagógica", como bibliografia básica da nossa prática de ensino. E, como os próprios autores da obra

ISSN 2318-4051

definem, esse livro é considerado “material instrucional para a capacitação de professores de língua portuguesa da Educação Básica no atendimento às pessoas com surdez” (SALLES et all, 2004, p.6).

Como o “Ensino de Língua Portuguesa como Segunda Língua para Surdos”, ministrado no nosso curso de Letras, está dividida em 3 disciplinas de 60 horas cada, fundamentado na obra citada, decidiu-se dividir o conteúdo programático em três partes. Na primeira parte, optamos por trabalhar as abordagens de ensino de segunda língua para surdos e os fundamentos teóricos e metodológicos que dão suporte ao ensino do Português como L2; na segunda, fez-se a opção por trabalhar com atividades de reflexão sobre a Língua Portuguesa, pautadas em regras gramaticais da norma culta do Português e; na terceira, com oficinas temáticas pautadas na elaboração de projetos educacionais voltados para o ensino de língua portuguesa para surdos.

Com a divisão do conteúdo programático da disciplina dessa forma, não havia a preocupação com o letramento dos surdos no Português, propriamente dito, por três motivos: primeiro, porque não se via como trabalhar o letramento com os surdos diante de uma turma predominantemente ouvinte; segundo, porque, como a disciplina estava dividida em 3 “módulos” de 60 horas, a serem ministrados em 90 dias, nossa hipótese é de que esses 3 meses não seriam suficientes para um letramento eficiente; por fim, esperávamos que, por se tratar de um curso de graduação, os estudantes surdos já tivessem passado por esse letramento, não tendo dificuldade na leitura, produção e interpretação de textos em Português.

Ao ministramos a disciplina, no primeiro “módulo”, percebemos uma participação mais ativa dos estudantes surdos em relação aos estudantes ouvintes, frente às discussões sobre as abordagens de ensino de segunda língua para surdos e os fundamentos teóricos e metodológicos que dão suporte ao ensino do Português como L2. Essa participação mais ativa se deveu ao fato de os estudantes surdos, em sua maioria, serem professores de Libras em centros de atendimento educacional especializados para crianças surdas. Assim, eles já tinham participado de discussões anteriores que tratavam dessa temática. Outa situação que permitiu maior participação do surdo nesse módulo é o fato de que, além da familiaridade com a temática, segundo Santana e Bergamo (2005), o contato com outros surdos que também utilizam a língua de sinais faz com que surjam “novas possibilidades interativas, de compreensão, de diálogo, de aprendizagem, que não são possíveis apenas por meio da linguagem oral” (Santana e Bergamo, 2005, p.566).

Quanto à expectativa que tínhamos em relação ao letramento do Português, ao trabalharmos com o segundo “módulo” da disciplina, observamos que a expectativa de familiaridade com a Língua Portuguesa não correspondia à realidade. Entretanto, a participação e o interesse dos estudantes surdos foram tão boas quanto a dos ouvintes, principalmente porque estes tinham familiaridade com os temas trabalhados nesse “módulo” (regras gramaticais da norma culta do Português). Ainda assim, nas aulas desse “módulo”, percebemos que tanto os estudantes surdos como os ouvintes puderam ampliar o conhecimento linguístico do Português.

Em relação ao ensino do terceiro “módulo” (ainda não finalizado), nossa expectativa é de que nenhum dos dois grupos de estudantes (surdos e ouvintes) encontre dificuldade na compreensão e na realização das atividades, uma vez que a disciplina será ministrada com vistas a dar suporte na construção/elaboração de projetos e planos de ensino para o letramento em Língua Portuguesa como segunda língua para estudantes

surdos. Trabalharemos, portanto, com atividades de oficinas temáticas de projetos educacionais.

Considerações

O trabalho na disciplina "Língua Portuguesa como segunda língua para surdos" se apresentou como um desafio que trouxe contribuições tanto para os estudantes quanto para o professor. Podemos concluir que o maior beneficiado foi para o professor, pois, acostumado a ensinar o Português para ouvinte, as dificuldades encontradas nos impeliu à leitura e à pesquisa da temática para ampliar o conhecimento e melhorar a prática docente.

Foi possível perceber que, ainda que a disciplina tenha sido ministrada para estudantes universitários, a Língua Portuguesa para surdos ainda deve ser trabalhada nesse nível de ensino, tendo-se a preocupação de letramento. Nesse sentido, foi possível notar que o ensino do Português para surdos, no curso, não deve se limitar a atividades de reflexão sobre abordagens e fundamentos teóricos e metodológicos de ensino de segunda língua para surdos, mas principalmente com normas e regras gramaticas, priorizando atividades de leitura, produção e interpretação de textos.

Ainda no exercício do encargo da disciplina, surgiram novas questões frente ao ensino do Português como L2 para surdos. Esses questionamentos nos levaram à construção de um projeto de pesquisa com a finalidade de observar e analisar a competência linguística, do Português como L2, de estudantes surdos do curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa/Língua Brasileira de Sinais, da Faculdade de Educação a Distância (EaD), da UFGD.

Espera-se que os resultados da pesquisa possam subsidiar a construção e execução de ações de ensino e de extensão que contribuam com os sujeitos investigados, uma vez que Sato e Santos (2003) afirmam que esse tipo de pesquisa possibilita a promoção de mudanças nos conhecimentos, atitudes e habilidades das pessoas, para que possam conseguir o desenvolvimento tanto individual quanto social. Também se espera que a execução do projeto possa, além de reunirem dados, comprovações ou observações, entre outras ações de coleta de dados, envolver pesquisadores que atuarão como colaboradores, para apresentarem propostas de mudanças, no sentido de viabilizar a orientação acadêmica por meio de projetos de iniciação científica com acadêmicos do curso.

Segundo Rogers (1995), a inovação de projetos como esse é o conhecimento produzido pelas instituições de pesquisa e que para um determinado grupo de pessoas é tido como novo. Isso nos faz refletir que ainda que projetos semelhantes a esse já tenham sido desenvolvidos por outros pesquisadores em outros contextos e com outros públicos, o conhecimento e a experiência produzida para os profissionais envolvidos com o ensino do Português como L2 para surdos será inovador, contribuindo com os sujeitos investigados e com a comunidade local e regional.

Como a pesquisa será desenvolvida por integrantes do grupo de pesquisa "GELES – Grupo de Estudos em Libras e Educação de Surdos", do curso de Letras-Português/Libras da UFGD, a difusão será fruto da reflexão e aprofundamento da temática da formação do docente que atua nesse curso. Assim, espera-se a elaboração de relatórios e artigos científicos que poderão ser apresentados em eventos acadêmicos locais, nacionais e internacionais, publicados em anais de congressos ou como capítulos de livros da área temática.

ISSN 2318-4051

Referências

FERREIRA-BRITO, L.. Por uma gramática de línguas de sinais. Tempo Brasileiro. UFRJ. Rio de Janeiro, 1995.

LACERDA, C. B. F. de e LODI, A. C. B.. Ensino-aprendizagem do português como segunda língua: um desafio a ser enfrentado. In: Lacerda, CBF e Lodi, A C B (orgs.) Uma escola Duas Línguas: Escola Inclusiva Bilíngüe. Porto Alegre: Editora Mediação. 2009.

QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Artes Médicas. Porto Alegre. 2000,

ROGERS, E. M. Diffusion of Innovations. 4. ed. New York: The Free Press, 1995.

SALLES, H. M. L. et al. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. Brasília : MEC, SEESP, 2004. 2 v.

SANTANA, A. P. e BERGAMO, A.. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 565-582, Maio/Ago. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a13v2691.pdf. Acessado em Maio 2017.

SATO, M.; SANTOS, J. E. dos. Tendências nas pesquisas em educação ambiental. p. 253-283. In: NOAL, Fernando Oliveira; BARCELOS, Valdo Hermes de Lima (orgs.). Educação Ambiental e Cidadania: cenários brasileiros. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.